

REPERCUSSÕES MULTIDISCIPLINARES DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO ÂMBITO SOCIOECONÔMICO: IMPLICAÇÕES PARA A PESSOA IDOSA

Larissa Fernandes Camargo¹

Thais da Silva Ferreira²

Jeniffer Ferreira Costa³

Dante Ogassavara⁴

José Maria Montiel⁵

RESUMO

O envelhecimento populacional é um fenômeno que acarreta uma série de desafios econômicos, sociais e psicológicos. Este ensaio buscou refletir e explorar as implicações do envelhecimento populacional nos aspectos econômicos e suas repercussões na qualidade de vida dos idosos, destacando a necessidade de políticas públicas integradas que abordem não apenas as questões financeiras e de saúde, mas também as dimensões sociais e emocionais do envelhecimento. Nesse sentido, abrangem-se diversas áreas, desde políticas públicas de saúde até considerações sobre mudanças no padrão de consumo e as novas demandas de uma sociedade que envelhece.

Palavras-Chave: Envelhecimento; Políticas Públicas; Economia.

MULTIDISCIPLINARY REPERCUSSIONS OF POPULATION AGING IN THE SOCIO-ECONOMIC SCOPE: IMPLICATIONS FOR ELDERLY PEOPLE

ABSTRACT

Population aging is a phenomenon that entails a series of economic, social, and psychological challenges. This essay sought to reflect on and explore the implications of population aging on economic aspects and its repercussions on the quality of life of the elderly, highlighting the need for integrated public policies that address not only financial and health issues but also the social and emotional dimensions of aging. In this sense, various areas are covered, ranging from public health policies to considerations about changes in consumption patterns and the new demands of an aging society.

Keywords: Aging; Public Policies; Economy.

Recebido em 27 de fevereiro de 2024. Aprovado em 20 de junho de 2024

¹ Economista. Graduada pela Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP. larissafcamargo6@gmail.com

² Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP. thais.sil.fe@hotmail.com

³ Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP. cjf.jeniffer@gmail.com

⁴ Psicólogo. Mestre em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP. ogassavara.d@gmail.com

⁵ Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia. Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu/Instituto Ânima, São Paulo, SP. montieljm@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é uma tendência global que está remodelando profundamente as dinâmicas sociais, econômicas e de saúde. Ao refletir sobre o contexto brasileiro, nota-se que essa tendência abrange também mudanças significativas nos dados sobre natalidade e mortalidade (Silva, 2021). Observa-se uma diminuição expressiva na natalidade, enquanto a expectativa de vida tende a crescer, resultando em um menor número de nascimentos e em uma vida mais longa, o que converge para um aumento na proporção de pessoas idosas na pirâmide etária brasileira. Essa transição demográfica tem implicações profundas para a economia, com alterações no mercado de trabalho, na previdência social e nos padrões de consumo.

De acordo com os dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), o Brasil está passando por um acelerado processo de envelhecimento populacional. Nesse contexto, a idade média da população brasileira teve um acréscimo de 6 anos desde 2010, alcançando os 35 anos em 2022. No ano de 2020, a população com 60 anos ou mais representava cerca de 15,6% da população total, e estima-se que essa proporção continue a aumentar nas próximas décadas. Ademais, em 2022, o índice de envelhecimento, que avalia a proporção entre a população com 60 anos ou mais e as crianças de 0 a 14 anos, atingiu o valor de 55,2. Isso significa que havia aproximadamente 55 pessoas idosas para cada 100 crianças, destacando uma relevante mudança na estrutura demográfica do país. Esse aumento no número de idosos pressupõe impactos econômicos que incluem uma pressão crescente sobre os sistemas de saúde e previdência social.

Em relação à previdência social, o envelhecimento acelerado da população pode impactar negativamente os sistemas previdenciários, aumentando os custos dos programas de aposentadoria e pensão, uma vez que a demanda e a preparação do sistema são incompatíveis. Com uma proporção maior de idosos em relação à população em idade ativa, há uma pressão crescente sobre os recursos destinados a esses programas. Além disso, o envelhecimento da população coloca uma pressão adicional sobre os sistemas de saúde. Pessoas idosas geralmente requerem mais cuidados médicos e tratamentos prolongados, o que pode resultar em maiores gastos públicos com saúde. Isso inclui a necessidade de serviços médicos especializados, como tratamentos para doenças crônicas e cuidados de longo prazo, como assistência domiciliar e internações em instituições de saúde (Miranda; Mendes; Silva; Costa, 2016).

Diante dos desafios mencionados, este ensaio teve por objetivo refletir sobre o impacto econômico do fenômeno crescente do envelhecimento populacional. Para tanto, adotou-se uma abordagem reflexiva para fomentar a compreensão das dinâmicas envolvidas no enfrentamento de contextos econômicos pelo envelhecimento populacional, buscando fornecer uma análise interdisciplinar desses aspectos e ressaltar suas implicações do fator econômico na qualidade de vida da população idosa.

Demografia e Envelhecimento Populacional

O envelhecimento populacional constitui um fenômeno complexo e abrangente, decorrente da interação de diversos fatores socioeconômicos e demográficos, o que tem suscitado um interesse crescente, porém ainda incipiente, na comunidade acadêmica devido à sua relevância e impacto. Os avanços significativos na medicina e tecnologia, aliados a melhorias nas condições de vida, têm contribuído de forma substancial para o aumento da expectativa de vida da população em geral. Simultaneamente, verifica-se uma tendência marcada de declínio nas taxas de natalidade, exercendo um impacto direto e substancial na configuração etária das sociedades contemporâneas, conforme evidenciado por estudos (Alves, 2019; Chaimowicz; Chaimowicz, 2022; Mrejen; Nunes; Giacomini, 2023).

O sistema previdenciário brasileiro adota um modelo tripartido de financiamento, que busca assegurar a sustentabilidade do sistema através da distribuição de responsabilidades entre os diversos atores sociais, tais como trabalhadores, empregadores e o governo. Essa estrutura tem como principal objetivo garantir que a geração mais jovem possa financiar os benefícios previdenciários da geração mais velha, em consonância com o princípio da colaboração intergeracional, por meio de mecanismos destinados a promover o bem-estar na velhice.

Nesse contexto, as contribuições dos trabalhadores e empregadores, aliadas aos aportes governamentais, são direcionadas para custear o sistema previdenciário, proporcionando uma fonte de renda adequada aos idosos durante a aposentadoria (Silva; Costa, 2016). Isso não apenas abarca as necessidades básicas dos idosos, mas também reconhece as mudanças em seus padrões de consumo decorrentes do processo de envelhecimento. Além disso, considera-se também as necessidades financeiras que acompanham o desenvolvimento do país, visando à estabilidade e prosperidade econômica de longo prazo.

Diante de uma reconfiguração demográfica que está resultando em uma notável inversão na pirâmide etária, com uma proporção crescente de idosos em relação à população em idade ativa, surgem diversos desafios econômicos. Entre eles, destacam-se as pressões substanciais sobre os sistemas de previdência social. O aumento da longevidade implica, por um lado, uma extensão dos períodos de aposentadoria, o que requer uma revisão das políticas e práticas previdenciárias para garantir a sustentabilidade e equidade desses sistemas.

Padrões de Consumo e Cuidados com Saúde

No que concerne aos custos associados aos cuidados de saúde, à medida que a população envelhece, observa-se um aumento significativo na incidência de doenças crônicas e degenerativas (Lebrão, 2009). Esse cenário acarreta uma demanda crescente por recursos financeiros destinados ao tratamento e manejo dessas condições, influenciando diretamente os padrões de consumo e a dinâmica social. Em países com o histórico emergente de desenvolvimento, como o Brasil, as políticas públicas para atender às necessidades multidimensionais da população idosa podem não ser suficientes (Trintinaglia; Bonamigo; Azambuja, 2021).

Diante dessa conjuntura, o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta uma pressão adicional de adaptação para garantir seus pressupostos de acesso universal e a qualidade dos serviços prestados a uma população cada vez mais idosa. Além dos desafios na área da saúde, a mudança demográfica em curso também gera uma crescente demanda por serviços de assistência social e cuidados de longa duração (Camarano; Kanso, 2010). O aumento da dependência funcional entre os idosos requer o desenvolvimento e implementação de estratégias eficazes de apoio e suporte, tanto para os indivíduos idosos quanto para as redes de apoio informais, geralmente, composta por familiares. É essencial que essas estratégias sejam flexíveis e adaptáveis, levando em consideração as necessidades específicas de cada indivíduo e o contexto social e comunitário em que estão inseridos.

Complementarmente, nota-se a alocação de recursos financeiros dos idosos para despesas com medicamentos, destacando uma mudança inevitável em seus padrões de consumo. Essas alterações não são fruto de escolhas discricionárias, mas sim consequências impostas pelo curso natural do desenvolvimento humano. Nesse ínterim, fatores sociais, culturais e psicológicos interagem para moldar as tomadas de decisões dos idosos. Desta forma, é crucial reconhecer que os idosos não são apenas consumidores individuais, mas também são influenciados por normas sociais, valores culturais e experiências pessoais. Por exemplo, as pressões sociais para se adequar a determinados padrões de consumo, juntamente com as influências culturais sobre o que é considerado "adequado" para a idade avançada, podem afetar as decisões de compra dos idosos. Por exemplo, as pressões sociais para se adequarem a

determinados padrões de consumo, juntamente com as influências culturais sobre o que é considerado "adequado" para a idade avançada, podem afetar as decisões de compra dos idosos. Um exemplo disso é a mudança na finalidade terapêutica e o propósito de cura dos medicamentos, que agora são direcionados também para a prevenção, abordando condições que antes não eram consideradas médicas, como a patologização da velhice ou a busca por uma juventude descontextualizada (Serra, 2022).

Além disso, acrescenta-se a esse contexto a não utilização de métodos fora da lógica de consumo de medicamentos e procedimentos estéticos, mesmo em casos onde tal possibilidade existe e seria benéfica ao sujeito, revogando tal acesso em prol de uma adequação e lógica de consumo. Outro exemplo, conforme os estudos demonstram, levando em consideração as ponderações de Aires *et al.* (2019), que os idosos podem recorrer ao consumo alimentar como uma forma de lidar com questões emocionais e psicológicas, como solidão, perda de identidade e transições de vida. Portanto, compreender os padrões de consumo dos idosos requer a análise das motivações subjacentes e das necessidades psicológicas que impulsionam tais comportamentos.

Interfaces entre o bem-estar emocional e econômico

No mais, é crucial reconhecer que as escolhas de consumo dos idosos são fortemente influenciadas por fatores econômicos, como renda, acesso a recursos financeiros e custos de vida. Em uma sociedade caracterizada por desigualdades econômicas, é fundamental destacar como esses fatores afetam as decisões de consumo nessa faixa etária, contribuindo para disparidades no acesso a bens e serviços. Sob uma perspectiva biopsicossocial, é relevante considerar como questões econômicas podem impactar o bem-estar emocional dos idosos. Restrições financeiras, entre outros fatores, podem gerar estresse e ansiedade, afetando a qualidade de vida e influenciando as escolhas de consumo. Essas preocupações são especialmente contrastantes entre a fase adulta e a velhice (Papalia, 2021). Adicionalmente, a sensação de segurança financeira ou sua ausência pode moldar as preferências de consumo, orientando os idosos para opções mais acessíveis ou restritivas, tanto em termos de necessidades médicas quanto em escolhas pessoais influenciadas pelo contexto social circundante. É crucial ainda considerar, com base nos dados supracitados, como o isolamento social pode ser influenciado pela insegurança financeira (Bezerra; Nunes; Moura, 2021), bem como, influencia e pode intensificar a busca por mecanismos de enfrentamento como os advindos do consumo (Manso, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se, portanto, os desafios econômicos e sociais enfrentados pelos indivíduos de idade avançada, que vão desde aposentadorias insuficientes até custos crescentes com cuidados de saúde e isolamento social. A análise e discussão de tais desafios uma abordagem multidisciplinar por parte das políticas públicas, do saber científico e da sociedade em geral. Além das implicações econômicas, como os ajustes necessários nos sistemas previdenciários e de saúde, é crucial reconhecer os aspectos psicossociais que afetam os idosos. A solidão, o isolamento social e a inadequação das redes de apoio podem ter um impacto significativo na qualidade de vida e no bem-estar emocional dos idosos, influenciando seus padrões de consumo e comportamentos de saúde. Portanto, as intervenções devem ser direcionadas não apenas para garantir a sustentabilidade financeira e o acesso equitativo aos serviços, mas também para promover a inclusão social, a participação ativa na comunidade e o fortalecimento dos laços sociais dos idosos.

REFERÊNCIAS

AIRES, Isabel Oliveira et al. Consumo alimentar, estilo de vida e sua influência no processo de envelhecimento. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 11, p. e098111437-e098111437, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i11.1437> Acesso em 26 fev. 2024.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Envelhecimento populacional no Brasil e no mundo. **Revista Longeiver**, 2019. Disponível em: <https://revistalongeiver.com.br/index.php/revistaportal/article/view/787/842> Acesso em 26 fev. 2024.

BEZERRA, Patricia Araújo; NUNES, José Walter; MOURA, Leides Barroso de Azevedo. Envelhecimento e isolamento social: uma revisão integrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AR02661> Acesso em 20 fev. 2024.

CHAIMOWICZ, Flávio; CHAIMOWICZ, Gabriel de Faria. O envelhecimento populacional brasileiro. **PISTA: Periódico Interdisciplinar [Sociedade Tecnologia Ambiente]**, v. 4, n. 2, p. 6-26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pista/article/view/29830> Acesso em 24 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Crescimento Populacional**. 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 5 de janeiro de 2024.

LEBRÃO, Maria Lúcia. Epidemiologia do envelhecimento. **Boletim do Instituto de Saúde (BIS)**, (47), p. 23-26, 2009. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/33816> Acesso em 26 fev. 2024.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 19, p. 507-519, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/MT7nmJPPRt9W8vndq8dpzDP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 26 fev. 2024.

MREJEN, Matías; NUNES, Letícia; GIACOMIN, Karla. **Envelhecimento populacional e saúde dos idosos: O Brasil está preparado?**. Estudo Institucional n. 10. São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde. 2023. Disponível em: https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Estudo_Institucional_IEPS_10.pdf Acesso em: 26 fev. 2024.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SERRA, Helena. Medicalização e envelhecimento nas sociedades contemporâneas. In.: CANHÃO, Helena; BARROS, Pedro Pita; BRANCO, Jaime C. (Orgs.). **Os Desafios do Envelhecimento para a Saúde a Economia e a Sociedade**. (pp. 145-156). Principia, 2022.

SILVA, Aline Santos et al. Envelhecimento populacional: realidade atual e desafios. **Global Academic Nursing Journal**, v. 2, n. Sup. 3, p. e188-e188, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2675-5602.20200188> Acesso em 25 fev. 2024.

SILVA, Lara Lúcia; COSTA, Thiago de Melo Teixeira. A formação do sistema previdenciário brasileiro: 90 anos de história. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 3, p. 159-173, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.4896> Acesso em 26 fev. 2024.

TRINTINAGLIA, Vanessa; BONAMIGO, Andrea Wander; AZAMBUJA, Marcelo Schenk. Políticas Públicas de Saúde para o Envelhecimento Saudável na América Latina: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 35, p. 15-15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/18061230.2022.11762> Acesso em 21 fev. 2024.